

Atualização científica

Esta seção destina-se à apresentação de resumos e comentários de artigos científicos recentes

Etzioni A. Authoritarian versus responsive communitarian bioethics.

Journal of Medical Ethics. 2011; 37:17-23.

Comunitarismo responsivo: uma resposta bioética ao autoritarismo.

O comunitarismo baseia-se nas normas da comunidade e da autoridade enquanto o liberalismo defende a autonomia individual. O ocidente, por exemplo, valoriza mais a autonomia. Já as nações do leste asiático defendem o comunitarismo. No meio dos dois, nasce o conceito de comunitarismo responsivo que leva em consideração tanto a autonomia do indivíduo como o bem comum social; neste contexto, surge um novo tipo metodológico que defende múltiplos valores em lugar de afirmar que um determinado valor anula os outros.

O comunitarismo responsivo pretende equilibrar a autonomia e a preocupação com o bem comum, sem privilegiar nenhum dos princípios fundamentais da ética. Ele busca amparo nos valores sociais (controles informais, persuasão e educação) e minimiza o controle do Estado (força da lei), podendo ter um tratamento diferenciado de uma sociedade para outra. Por exemplo, sociedades totalitárias como as de Singapura e do Irã utilizam o comunitarismo para promover a autonomia individual, ao passo que sociedades nas quais o individualismo é predominante se valem dele para promover o bem comum.

A medicina ocidental é não-comunitária uma vez que para ela o paciente, ou seja, o indivíduo, é o centro de toda a atenção. Dificilmente se encontra um bioeticista no ocidente que se considere um comunitarista; verificou-se que bioeticistas americanos consideram a autonomia do indivíduo como valor supremo. Joseph Fletcher (1905-1991), pioneiro da bioética nos Estados Unidos, afirmava que a bioética está baseada na ideia da escolha pessoal como o mais alto valor moral. Neste contexto, o comunitarismo é visto como posição oposta ao foco na autonomia. Por sua vez, Lawrence Costin, professor e diretor do *O'Neill Institute of National and Global Health Law*, da Universidade de Georgetown, Estados Unidos, define o comunitarismo como tradição que vê o indivíduo como parte de um grupo social regulamentado que serve para prevenir riscos comuns.

As generalizações introduzidas pela bioética liberal, como, por exemplo, a

indicação de que doentes podem instruir seus médicos a não exporem suas condições de saúde a terceiros; pacientes podem assinar um termo de não-reanimação e outras, são atitudes compreendidas como oposição ao comunitarismo, o qual pode sugerir que a família instrua o médico a não revelar ao paciente sua condição terminal, podendo ordenar a continuidade do tratamento, dentre outras indicações. Estas posições seriam formas de comunitarismo autoritário. Em contrapartida, a proposta do comunitarismo responsivo é a de atuar na busca de solução de conflito entre o paciente e a família.

No entanto, muitos teóricos acreditam que a solução ética, nesses conflitos, é o não abandono da autonomia, a qual deve ser levada em consideração dentro do contexto da ética comunitária. Daniel Callahan, bioético estadunidense, define comunitarismo bioético como a procura da mistura do julgamento cultural com o julgamento pessoal, Gilbert Meilaender, professor norte-americano de ética cristã, acredita que, ao lado das conversações legais, nós precisamos das conversações morais.

Sociedade (comunidade) versus Estado

Segundo o comunitarismo responsivo, quanto mais a sociedade se apoiar nas normas e não nas leis, quanto mais se apoiar na educação pública, na persuasão moral, nos controles informais e não na força policial, melhor ele será. O comunitarismo responsivo reconhece que há condições sob as quais o Estado deve intervir, contanto que seja como último recurso, como, por exemplo, no surgimento de doenças contagiosas. Por outro lado, pondera a questão do individualismo, quando a excessiva preocupação com a autonomia e o descaso com o bem comum têm levado o foco para conquistas individualistas no sistema de saúde, podendo prejudicar grande parcela da população. Pelo exposto, o comunitarismo responsivo propõe a análise de cada caso como forma de democratizar as decisões.

Na atualidade, o conceito de comunidade não se restringe a um lugar geográfico, mas a termos como etnia, orientação sexual ou religião. Comunidade pode ser considerado como algo que abrange vários locais, independentemente das fronteiras nacionais. As pessoas são condicionadas ou influenciadas pelas normas de várias comunidades. A família é uma pequena comunidade.

Alguns bioeticistas sugerem que o indivíduo adulto e autônomo pode fazer suas próprias escolhas. Em contrapartida, John Hardwig, professor emérito do Departamento de Filosofia da Universidade de Tennessee, nos Estados Unidos da América, vai além do comunitarismo responsivo, afirmando que os interesses do paciente e da família

têm moralmente o mesmo peso, e ser parte da família significa ter o direito de tomar decisões que levam em conta o que é melhor para todos. Segundo Hardwig, os interesses do paciente podem conflitar com os interesses dos demais membros da família, mas é preciso tentar harmonizar os diferentes interesses.

Quando o comunitarismo se voltou para as comunidades globais, surgiu a indagação sobre os valores comunitários que deveriam prevalecer. Muitas questões têm sido debatidas, desde a circuncisão até os testes de drogas. Podemos observar uma dupla abordagem combinando o respeito pela autonomia cultural e a preocupação com um bem comum global. O mesmo se aplica a problemas intergrupais que surgem quando cultura, valores e leis nacionais conflitam com a cultura, os valores e os hábitos de grupos de imigrantes que são membros de uma sociedade maior.

Ezekiel Emanuel, diretor de bioética dos Institutos Nacionais de Saúde dos Estados Unidos (NIH), salienta que os critérios quanto ao interesse do paciente são afetados pelo que uma determinada comunidade considera uma boa vida ou vida de qualidade. Esta solução deriva do comunitarismo, segundo o qual os problemas éticos só podem ser resolvidos quando se aceita uma concepção pública da boa vida, rejeitando-se a concepção do bem particular do utilitarismo. Emanuel é favorável a que se permita a cada sociedade determinar seu próprio conceito de boa vida pelas seguintes razões: a) é impossível responder a esta questão em bases neutras; b) nós somos uma sociedade pluralista e por isso devemos respeitar os valores de vários grupos de membros, como por exemplo os judeus ortodoxos e a comunidade homossexual. Esta posição é bem de acordo com a posição comunitária, no entanto levanta a questão se há espaço para critérios e políticas comuns nacionais e transnacionais. A resposta é a adversidade com unidade.

Três posições foram apresentadas no artigo como se fossem campos separados: os fortes defensores da autonomia (libertários, mas também alguns liberais clássicos), os comunitários autoritários e os comunitários responsivos. Todavia, há gradações em cada campo e entre os campos. Um volume de textos encomendados pelo Conselho de Bioética da Administração do ex-presidente dos Estados Unidos George Bush contém várias nuances de posicionamento, embora a maior parte tenha sido escrita por conservadores que se inclinaram na direção do comunitarismo autoritário. A maioria dos autores considerou imorais as escolhas que conflitam com suas visões de dignidade humana (decisão sobre aborto, interrupção de serviço médico, entre outros). Mesmo os liberais e os comunitários responsivos justificaram a exclusão de algumas escolhas, como o comércio de alimentos que contêm substâncias cancerígenas, por exemplo.

No contexto histórico, temos que buscar sempre o equilíbrio do comunitarismo responsivo. Desta forma, os comunitaristas responsivos devem se preocupar com os

procedimentos e critérios éticos que permitam trabalhar as decisões pessoais e as políticas públicas face aos valores conflitantes. O principal procedimento do comunitarismo responsivo é o diálogo moral. Um exame dos processos de construção de consenso mostrou que as preferências e os julgamentos individuais são largamente influenciados pela comunicação interativa sobre valores, isto é, por meio de diálogos morais que combinam paixão com argumentos normativos e se baseiam em processos de persuasão, educação e liderança. Os diálogos morais estão focados mais em valores do que em fatos. O diálogo moral comunitário difere significativamente das deliberações racionais.

Outra forma para resolver conflitos entre a autonomia e o bem comum é levar as questões à justiça. Porém esses temas e outras considerações bioéticas são os primeiros argumentos para um diálogo moral, que podem ser tratados por comitês éticos de hospital ou conselhos de ética. Há casos com impacto adverso que surgem com a adoção de determinada lei ou política, quando a autonomia necessita ser freada em prol de um mínimo de bem comum. O comunitarismo responsivo sugere que a autonomia pode ter o direito de se apoiar em direção oposta se os ganhos do bem comum forem substanciais e o sacrifício da autonomia mínimo, como, por exemplo, no caso de doação de órgãos.

Este artigo limita a discussão a dois importantes valores - direitos individuais e direitos comunitários - uma vez que eles definem as principais diferenças entre liberais, comunitaristas autoritários e comunitaristas responsivos. Contudo, os julgamentos bioéticos obviamente podem colocar valores adicionais aos quatro valores frequentemente citados por bioeticistas: autonomia, não-maleficência, beneficência e justiça. Princípios estes que, embora não abarquem todas as questões éticas globais, podem ser utilizados como *prima facie*, provisórios enquanto o debate acontece.

No Brasil as chamadas consultas públicas podem ser consideradas uma forma de comunitarismo responsivo, visto que a comunidade é convidada a se posicionar sobre determinados assuntos de seu interesse, contribuindo e auxiliando na elaboração de normas e políticas públicas. O debate público possibilita a instauração da ampla comunicação social, o intercâmbio de ideias, valores e informações, criando um ambiente politizado, que é defendido pelas correntes mais politizadas e academicamente mais rigorosas da bioética latino-americana.

Albany Ossege

Cátedra Unesco de Bioética e Programa de Pós-Graduação em Bioética, Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.

ossege@terra.com.br